

VOLUME  
**XXVI** BOLETIM DO  
ARQUIVO DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA

2013

IMPRENSA DA  
UNIVERSIDADE  
DE COIMBRA

• U • C •



# O Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra: inventário do acervo documental

GRACINDA MARIA FERREIRA GUEDES

Arquivo da Universidade de Coimbra

gracinda.guedes@ucp.ac.uk

Artigo entregue em: 15 de janeiro de 2013

Artigo aprovado em: 28 de março 2013

## RESUMO

No Arquivo da Universidade de Coimbra (AUC) existe um pequeno acervo documental pertencente ao Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra que, após a extinção das ordens religiosas, integrou o Arquivo dos Próprios Nacionais e deu entrada nesta instituição, a 28 de dezembro de 1937.

O presente trabalho pretende dar a conhecer o referido arquivo, devidamente classificado e ordenado, com o intuito de agilizar o acesso a esta fonte documental, testemunha da história e da vida quotidiana desta comunidade de Carmelitas Descalças de Coimbra.

Trata-se, pois, do tratamento arquivístico da documentação – com base na norma internacional ISAD(G) e na nacional ODA 2ª v – com a consequente elaboração de inventário, complementado com a apresentação do recenseamento das unidades de instalação.

**PALAVRAS-CHAVE:** Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra; arquivo documental; inventário

## ABSTRACT

In the Archive of the University of Coimbra (AUC) there is a small archive of documents belonging to the Convent of Saint Teresa of Jesus of Coimbra which, after the extinction of the religious orders, joined the Archive of Próprios Nacionais and was received into this institution in 28 December 1937. This paper intends to make known the above archive, properly classified and orderly to quick access to this documental source, witness of history and everyday life of this community of Discalced Carmelite nuns of Coimbra.

It is therefore an archival processing of documentation – based on the international standard ISAD(G) and the national ODA – with the consequent development of inventory, complemented with the presentation of registration of the units of installation.

**KEYWORDS:** Convent of Saint Teresa of Jesus of Coimbra; documental archive; inventory.

## Breve contextualização

### a) As origens...

A génese da Ordem dos Carmelitas remonta a meados do século XII e ao Monte Carmelo, na Palestina, junto à Baía de Haifa, onde viveram os primeiros monges, em pequenos núcleos espontâneos, junto da fonte de Elias, seu modelo espiritual. No início do século seguinte, Alberto, Patriarca de Jerusalém, reúne-os numa comunidade, sob a obediência de um superior e dá-lhes a 1ª regra escrita, ratificada pelo Papa Honório IV, em 30 de janeiro de 1226, com a bula *Ut Vivendi Norman*. “Meditar dia e noite na lei do Senhor” constituía a “essência da sua vida orante e contemplativa”<sup>1</sup>. Pouco tempo depois, havia já 15 mosteiros que se regiam por aquela regra, em vários pontos do Médio Oriente.

Entre 1226 e 1229 alguns dos monges emigram para a Europa. Essa emigração acentua-se anos depois, devido ao conflito religioso com os muçulmanos e ao recuo do domínio cristão da Palestina, sendo a comunidade erradicada da sua primitiva morada em 1291.

Na Europa, as comunidades procuram manter o seu carácter eremita e a sua vida essencialmente isolada e meditativa. “A Europa conheceu um surto de fundações em lugares ermos, como foram as casas de Fortamine (Chipre), Messina (Sicília), Les Aygalades (Marselha), Aylesford e Hulne (Inglaterra)<sup>2</sup>. Porém, logo em 1229, o Papa Gregório IX equipara-os às Ordens Mendicantes, obrigando-os a uma vida mais ativa na busca do seu sustento e muitos bispos proibiam a sua instalação em locais ermos, conforme a sua regra. Em 1245 celebrou-se o 1º Capítulo Geral, sendo eleito Prior Geral São Simão Stock que promoveu a adaptação da regra às novas condições de vida na Europa, o que conduziu à bula de Inocêncio IV *Quae*

---

<sup>1</sup> FRANCO, 2010: 84.

<sup>2</sup> Idem, ibidem, P. 84.

*Honoris Conditoris*, datada de 1 de outubro de 1247, que iniciou “uma nova era na Ordem Carmelita”. Foram fundados conventos nas principais cidades universitárias de então: Cambridge (1249), Oxford (1253), Paris (1259), Bolonha (1260), adaptando “a vida contemplativa da solidão dos ermos ao bulício das cidades”<sup>3</sup>; em meados do século XIII haveria cerca de 150 Carmelos por toda a Europa.

Os Carmelitas chegaram a Portugal como capelães dos militares de São João de Jerusalém, vindos da Terra Santa, tendo recebido, em doação, o convento de Moura (Hospitalários) e datando de 1354 a 1ª referência documental segura. Este convento contava, em 1421, com quarenta e dois religiosos. Em 1423, e tendo ficado viúvo, D. Nuno Álvares Pereira, condestável do reino durante a crise de 1383/85, torna-se carmelita e instala-se, juntamente com alguns freires vindos de Moura, no Convento do Carmo de Lisboa, que mandara construir em cumprimento de uma promessa; aí permanece até à sua morte, em 1431. É a partir daqui que os Carmelitas vão irradiar para todo o Portugal e ainda para o Brasil: Colares (1450), Vidigueira (1496), Évora (1531), Coimbra (1537), Lagoa (1550), Torres Novas (1558), Alverca (1600), Camarate e Setúbal (1608), Horta (1652), enquanto o ramo feminino se fixava em Beja (1541), Lagos (1558) e Tentúgal (1565), para citar só aqueles que tiveram existência duradoura. E também Olinda (1590), Santos (1589), Rio de Janeiro (1590), Bahia (1592).

Em 1423, realiza-se o primeiro Capítulo Provincial em terras de Portugal, sendo eleito Provincial o Dr. Frei Afonso Leitão, ou de Alfama. Elaboraram-se os primeiros estatutos, que foram aprovados por D. João I, em 1424. O Convento de Colares, terminado em 1528, transforma-se em Convento Eremitico da Província, em 1617.

No devir dos séculos, a ordem passou por momentos áureos e outros de menor fulgor e por diversas reformas; destas saliente-se a que se verificou após o Cisma do Ocidente (século XV), em cujo contexto são institucionalizados os carmelos femininos (Ordem Segunda) e as comunidades carmelitas de leigos consagrados (Ordem Terceira).

Mais importante ainda terá sido a chamada “Grande Reforma da Ordem Carmelita em Espanha”<sup>4</sup>, na década de sessenta do século XVI, na sequência

---

<sup>3</sup> FRANCO, 2010: 85.

<sup>4</sup> Idem, ibidem, P. 87.

do Concílio de Trento, que influenciará muito de perto os conventos portugueses, a partir de 1581, no contexto da união política ibérica.

Desta segunda reforma surgiram, os hoje chamados "Carmelitas Descalços" (Religiosos Reformados), com o regresso ao carisma eremítico primitivo, por iniciativa de Santa Teresa de Ávila e de São João da Cruz, a partir de 1560, autonomizados da primitiva Ordem dos Carmelitas pelo papa Gregório XIII, em 1580, após lutas internas muito acesas. Os frades Carmelitas Descalços caracterizam-se pela vida apostólica e contemplativa – procurando aproximar-se da vida de Cristo – e as freiras por um dia-a-dia meditativo e clausal, marcado pelo silêncio e pela oração. "O convento dos Carmelitas é, fundamentalmente, um lugar onde homens ou mulheres (...) fazem silêncio para O ouvirem e filialmente se prostrarem em adoração e ação de graças ao Seu nome santo, ardendo de zelo pelo Senhor, por si mesmos e por todos os homens"<sup>5</sup>. Tanto num caso como noutro, as comunidades de religiosos carmelitas são pequenas para que se possa criar uma atmosfera familiar, de fraternidade e de partilha.

Portugal foi o "primeiro país para projetar a ordem (dos Descalços) no exterior"<sup>6</sup>, sendo enviado para tal o frade Ambrósio Mariano de São Bento, italiano, que fundou o 1º convento da ordem renovada em Lisboa, em 1581, chegando as religiosas em 1584. Daí irradiaram para todo o país, ainda durante o século de seiscentos. Merece especial menção o convento fundado na Mata do Buçaco (1629), "concretização do ideal eremítico praticado de modo radical"<sup>7</sup>.

"Com o exemplo da vida de pobreza e humildade, pregação, confissões e assistência espiritual aos fiéis, característica da matriz mendicante, rapidamente os religiosos conquistaram a simpatia da população"<sup>8</sup>. A partir de 1628, os conventos portugueses passam a ser governados por um superior nacional, sendo o 1º frei Pedro de Jesus – embora a separação definitiva das províncias espanholas só ocorresse em 1772, por iniciativa do rei D. José.

Entre períodos de expansão e outros de crise e de menor fervor religioso, estas comunidades mantiveram-se até à extinção das ordens religiosas, por iniciativa de Joaquim António de Aguiar em 1834, no contexto da implantação

---

<sup>5</sup> CARDOSO, 1984.

<sup>6</sup> FRANCO, 2010: 94.

<sup>7</sup> Idem, ibidem, P. 97.

<sup>8</sup> Idem, ibidem.

do liberalismo em Portugal. Outro tanto, aliás, sucedeu noutras paragens; cite-se, a título ilustrativo, que o número de religiosos seria superior a 15 000 na época do início da Revolução Francesa para não chegar às oito centenas no início do século XX.

## **b) O Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra**

O convento de Santa Teresa de Jesus, em Coimbra, pertence ao ramo das Carmelitas Descalças e remonta à 1ª metade do século XVIII. A fundação deste Carmelo parece ter correspondido à vontade e ao fervor religioso de vários sectores da sociedade e das autoridades religiosas da cidade. Citem-se, entre outros, a determinação e os esforços de frei Luís de Santa Teresa, nascido Luís Salgado, mais tarde bispo de Olinda, que, após ter frequentado o Colégio das Artes e as Faculdades de Cânones e Leis, onde atingiu o grau de Doutor e onde foi, igualmente, professor – além de juiz corregedor da comarca – abandonou a promissora carreira das leis e, em 1723, com 30 anos de idade, ingressou nos Carmelitas, no Convento de Nossa Senhora dos Remédios, de Lisboa, onde professara já seu irmão, frei João da Cruz, certamente por inspiração de frei Gaspar da Encarnação, reformador de Santa Cruz. Em 1725 regressou a Coimbra, onde entrou no colégio de S. José dos Marianos, alcançando o estatuto de mestre em teologia e onde foi professor, passando, depois pelos conventos do Buçaco e de Braga, onde chegou a prior. Na década de 30 regressou a Coimbra “animado pela ideia de aí fundar um convento de Carmelitas Descalças, para o que pedia esmolas de porta em porta, fazendo os mais servis trabalhos”<sup>9</sup>

Em 6 de junho de 1737, a Câmara concede licença para a fundação de um convento de Carmelitas Descalças na cidade, por proposta de um grupo de cidadãos encabeçado pelo Doutor Manuel Francisco, professor jubilado da Faculdade de Medicina, que tomam a seu cargo a busca de um local apropriado, o qual vêm a encontrar no denominado Casal do Chantre, então situado nos arrabaldes. Em 20 de janeiro de 1739, o rei Magnânimo promulga a provisão que autoriza a fundação do convento e na tarde do dia 14 de fevereiro chegam as 11 religiosas que o Provincial, Frei Manuel de Jesus Maria e José, nomeara para o efeito, oriundas de vários outros conventos da ordem, em Portugal. Hospedam-se no vizinho Convento de Sant’Ana, das religiosas de Santo Agostinho. No dia seguinte, são recebidas na igreja do Colégio dos

---

<sup>9</sup> PAIVA, 2008: 167.

Carmelitas Descalços<sup>10</sup> – Colégio de S. José dos Marianos, atualmente Hospital Militar – com um solene *Te Deum*. Daí seguem para a quinta de Simão Pereira Homem, sita na Arregaça, onde permanecerão por quatro anos.

No dia de Nossa Senhora das Dores, 9 de abril, de 1740 é lançada a 1ª pedra do convento, num terreno doado pelo cônego-chantre da Sé, Manuel Moreira Rebelo. O projeto – muito simples e austero, como fica bem a uma congregação com estas características – é da autoria do arquiteto carmelita Frei Pedro da Encarnação e estaria elaborado desde 1714. O conjunto “é artisticamente modesto, valendo unicamente pelos portais de entrada da igreja onde se crava o milésimo de 1744, e pelo retábulo barroco da capela-mor. A planta do templo privativo é simples, de uma só nave de forma retangular, com um coro alto, uma abóbada de tijolo, uma capela única de cabeceira e uma cúpula no cruzeiro.”<sup>11</sup> Nesta igreja será sepultado, com grande solenidade, o pintor italiano Pasquale Parenti ou Pascoal Parente, que deixou notabilíssima obra espalhada por todo o país e especialmente por Coimbra e pela região centro, na 2ª metade do século XVIII. À volta do claustro, de cinco arcos de cada lado, dispõem-se as dependências monacais, sendo os dormitórios no andar superior.

A 23 de junho de 1744, as religiosas Carmelitas deixam as instalações precárias, embora adaptadas, na Arregaça, e fazem a sua entrada no convento construído expressamente para elas e para as características da sua vida contemplativa e de clausura – tendo o sermão da trasladação sido proferido por Estanislau Manso, S.j.

Aí permanecem sem grandes percalços, durante quase um século, acrescentando o número de professoras e grageando a simpatia da cidade. Porém, a revolução liberal e as guerras que se lhe seguiram como, antes, as invasões francesas, trouxeram incertezas e perturbações a que nenhuma comunidade ou instituição ficou alheia, culminando com o famoso Decreto de 30 de maio de 1834, que, por iniciativa do ministro Joaquim António de Aguiar e no contexto de uma profunda reforma geral e eclesiástica, determina a extinção de todos “os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira, data do encerramento definitivo”<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> O ramo masculino chegara a Coimbra já em 1603, por iniciativa de D. André Pires, cônego e arcebispo de Sé. Inicialmente instalados na Couraça da Estrela, mudaram para o seu mosteiro em 1608.

<sup>11</sup> DIAS, 1983: 179.

<sup>12</sup> ANTT - Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra (f) [em linha]. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1382463>. Acedido em 29.12.1012.

O Carmelo de S. Teresa viu serem-lhe subtraídos os poucos bens que possuía e a iminência da extinção pesar-lhe sobre a cabeça, uma vez que fora proibida a admissão de noviças.

Porém, em breve “a tempestade passou”<sup>13</sup>; poucos anos depois, a igreja de Santa Teresa era, mesmo, um centro de vida espiritual altamente marcante na cidade”<sup>14</sup>. Enquanto a vida religiosa em Coimbra “definhava” e “nos conventos de Santa Clara, Celas e Sant’Ana morriam as últimas freiras” (...) o convento de Santa Teresa era “o maior, para não dizer o único centro de piedade” que

“contrastava, à evidência, com o ambiente de indiferença religiosa que era comum dos habitantes da cidade. Ali concorriam as famílias da nobreza e aristocracia coimbrã, que haviam conservado as velhas tradições portuguesas, sem se deixar contaminar pelo liberalismo e pelo formalismo externo (...) Ali concorria também muita gente devota, muita gente pobre e humilde... Neste convento, havia bastantes religiosas ainda válidas e algumas novas, todas piedosíssimas, passando a vida em penitências austeras e edificantes. Elas tinham sabido renovar o seu pessoal professo. Como? Deus o sabe e elas também o sabiam. Era na Igreja das Teresinhas, e só ali, que todos os dias se viam fiéis”<sup>15</sup>.

Este papel na vida religiosa da região veio a ser reconhecido e reforçado em 1879 quando, a pedido de D. Manuel de Bastos Pina, bispo de Coimbra – e após várias vicissitudes, tentativas falhadas e perseguições – passou a funcionar no convento de Santa Teresa a Congregação Mariana de Maria Imaculada, destinada a leigos, sobretudo estudantes da Universidade.

“Em 1897, as religiosas foram mesmo autorizadas, a título excepcional, a permanecer no convento, depois do falecimento da última conventual”<sup>16</sup>. Para que a vida canónica regular pudesse prosseguir, vieram de Espanha três religiosas e em 1898 professaram mais sete noviças”<sup>17</sup>.

---

13 CARDOSO, 1984.

14 *Idem, ibidem.*

15 VASCONCELOS, 1926 .

16 A última professa falecera a 6 de dezembro de 1893.

17 ANTT - Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra (f) [em linha]. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1382463>. Acedido em 29.12.1012.

A situação muda inteiramente em 1910, no contexto da revolução republicana. No dia 9 de outubro, “a comunidade de S. Teresa encontrou-se rodeada pelos soldados e completamente isoladas de qualquer tipo de comunicação com os de fora; nem sequer podiam comunicar-se com o capelão, P. Dr. António Antunes, mais tarde Bispo de Coimbra.”<sup>18</sup> As religiosas são expulsas do convento e dispersas por várias comunidades, em Espanha. O edifício é entregue ao Estado e ocupado por serviços do Ministério da Guerra, mais concretamente o Hospital Militar<sup>19</sup>.

Em 16 de dezembro de 1933, tendo mudado inteiramente o contexto político – em Portugal com a instauração do Estado Novo e em Espanha com a proclamação da República – dá-se o restabelecimento do Carmelo em Coimbra: três das irmãs que haviam sido expulsas 23 anos antes e que ainda sobreviviam em Valência, no mosteiro de *Corpus Christi* – Glória do Coração de Jesus, Maria Luz de S. Teresa e Maria Isabel de Santa Ana – regressam, trazendo consigo outras três espanholas. Inicialmente alojadas em casa de familiar de uma delas, novamente na Arregaça, fixam-se depois numa casa alugada, no Calhabé.

Em 26 de junho de 1934, chegam mais três do mosteiro madrileno de Loeches, entre as quais a nova priora, irmã Maria do Carmo do Santíssimo Sacramento, sendo esta data considerada, oficialmente, a da restauração do Carmelo, agora em casa da Ladeira do Seminário. Pouco depois (7/3/1937), a diocese cede-lhes uma casa na Quinta do Cidral, aos Lóios, onde permanecerão 10 anos.

Em 7 de março de 1946, após longas negociações, é reconhecido o direito de as freiras reocuparem o seu antigo convento, incluindo a cerca, a igreja e a casa do capelão, sendo o respetivo auto de entrega assinado em 14 de junho de 1946. Simbolicamente, as chaves são depositadas nas mãos da religiosa de quem tinham sido arrebatadas, em 10/10/1910, irmã Maria de Jesus.

Após as necessárias obras de reparação e limpeza, no dia 12 de janeiro de 1947, as carmelitas saem da Quinta de Santo António, aos Lóios, e regressam solenemente ao seu convento. E para a irmã Maria Isabel de Santa

---

<sup>18</sup> Página das Carmelitas [em linha]. Disponível em: <http://coimbra.carmelitas.pt/historia/fundacao.php>. Consultada em 20/12/2012.

<sup>19</sup> “A primeira referência ao Hospital Militar de Coimbra encontra-se no Decreto de 26 de maio de 1911, que o refere como hospital de 2ª classe. A reorganização do Serviço de Saúde Militar decorrente do referido Decreto levou à criação de 8 Companhias de Saúde, ficando duas delas sediadas em Coimbra (a 2ª e a 5ª) e formando o 2º Grupo de Companhias de Saúde que se instalou, juntamente com o Hospital Militar de Coimbra, no Convento de Santa Teresa (Convento das Carmelitas)”. Exercito. [em linha]. Disponível em: <http://www.exercito.pt/sites/HMR2/Historial/Paginas/default.aspx>. Consultada em 20/12/2012.

Ana foi efetivamente um regresso: tendo professado em 1905, foi expulsa em 1910, esteve exilada 23 anos, regressou a Coimbra em 1922, reentrou no seu convento em 1947, onde veio a falecer em 1959. O seu capelão nessa data, cônego Manuel dos Santos Rocha, será elevado ao bispado de Coimbra em 1948<sup>20</sup>.

Desde então a comunidade tem florescido e daqui saíram algumas professoras para fundar outras comunidades: em 1970 saíram 4 irmãs para fundarem um novo Carmelo em Braga e em 1994 saiu outro grupo de 7 irmãs para abrir um novo Carmelo na Guarda (e já em 1780 haviam saído 5 irmãs para a fundação do Carmelo de Viana do Castelo)<sup>21</sup>.

Em 1948, o Carmelo de Santa Teresa recebeu a sua irmã mais famosa deste século: a irmã Maria Lúcia de Jesus e do Coração Imaculado, ou irmã Lúcia, vidente de Fátima, que aí permaneceu até ao seu falecimento, em 2005. No muro da frontaria do convento, voltado a norte, foi instalado um grande painel de azulejos comemorativo do centenário do seu nascimento; e junto ao muro do lado nascente foi construído um memorial, aberto em 2007, que permite ao público ver objetos que usou ou relacionados com a sua vida, bem assim como imaginar o dia-a-dia “na modéstia, na simplicidade e despojamento”<sup>22</sup>, próprio daquela comunidade.

## 1 – Descrição do acervo documental do Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra<sup>23</sup>

### **Código de referência:**

PT/AUC/MC/CSTJCBR

### **1.2. Título do Acervo:**

Fd.: Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra

### **1.3. Datas:**

Datas de produção: 1744 a 1879

---

<sup>20</sup> Cronologia baseada em CARDOSO, 1984.

<sup>21</sup> Página das Carmelitas [em linha]. Disponível em <http://coimbra.carmelitas.pt/historia/fundacao.php>. Consultada em 20/12/2012.

<sup>22</sup> LAVRADOR, 2007.

<sup>23</sup> A análise da documentação seguiu as Normas Internacionais ISAD(G), pelo que a descrição do acervo, que se segue, corresponde aos campos da referida norma a inserir na plataforma DigitArq.

#### **1.4. Nível de descrição:**

Fundo

#### **1.5. Dimensão e suporte:**

Um livro e duas caixas de documentos avulsos; em papel

#### **2.1. Nome do produtor:**

Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra

#### **Forma autorizada do nome (8.2. - ODA):**

Ordem dos Carmelitas Descalços. Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra.

#### **2.2. História Administrativa:**

O convento de Santa Teresa, em Coimbra, pertence ao ramo das Carmelitas Descalças.

A 6 de junho de 1737, a Câmara de Coimbra concede a primeira licença para a sua construção no Casal do Chantre.

Em 20 de janeiro de 1739, por provisão de D. João V, o convento é fundado e no dia 14 de fevereiro chegam as 11 religiosas oriundas de vários outros conventos da ordem que se instalam, provisoriamente, na Arregaça.

A 1ª pedra lançada foi lançada no dia 9 de abril de 1740.

Em 23 de junho de 1744, as religiosas deixam as instalações precárias e entram no seu convento.

O Decreto de 30 de maio de 1834, determinou a extinção de todos “os conventos, mosteiros, colégios, hospícios e casas de religiosos de todas as ordens religiosas, ficando as de religiosas sujeitas aos respetivos bispos, até à morte da última freira”<sup>24</sup>. Com a morte da última professa, a 6 de Dezembro de 1893, o Carmelo de Santa Teresa recebeu um ofício da Direção Geral, datado de 9 dos mesmos mês e ano, ordenando a inventariação e arrecadação de todos os bens pertencentes ao extinto convento, pelos Próprios da Fazenda Nacional.

Porém, a anunciada extinção não se veio a concretizar de imediato. Em 1897, a título excepcional, as religiosas foram autorizadas a permanecer no convento, até que, em 1910, em consequência do Decreto de 8 de outubro, foram daí expulsas.

---

<sup>24</sup> ANTT - Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra (f) [em linha]. Disponível em: <http://digitalq.dgarq.gov.pt/details?id=1382463>. Acedido em 29.12.1012.

O Carmelo de Coimbra é retomado em 1933, com diversas deambulações pela cidade. Só em 1946 é reconhecido o direito à posse do seu convento primitivo, regressando à sua casa em 1947, onde permanece até aos dias de hoje.

### **2.3. História custodial:**

Após a extinção das ordens religiosas, legislada pelo Decreto de 30 de maio de 1834, e da desamortização dos bens das freiras e das igrejas, ordenada pela lei de 4 de abril de 1864, alguma documentação do convento de Santa Teresa foi entregue à Repartição de Finanças do Distrito de Coimbra.

Integrada no Arquivo dos Próprios Nacionais, deu entrada no AUC (à data, Arquivo e Museu de Arte da Universidade de Coimbra), a 28.12.1937, em cumprimento do despacho ministerial de 4.01.1937, comunicado por ofício do Sr. Director Geral da Fazenda Pública, de 19.01.1937, sob o Processo n.º 1278 – Lº 38.

### **3.1. Âmbito e conteúdo:**

Este arquivo é constituído, na sua grande maioria, por documentos referentes à gestão de conflitos e à administração patrimonial e financeira do convento.

Nas seis séries documentais encontramos aforamentos, processos de arrematação de bens, escrituras de compra e venda, inventário orfanológico, registo de cobrança de foros e sentenças de diversa natureza. E ainda, à guisa de memorando, anotações relativas à fundação e instalação em Portugal de diversas ordens religiosas<sup>25</sup>.

### **3.4. Sistema de organização:**

O acervo foi classificado em seis séries documentais, de acordo com a tipologia formal dos atos administrativos. Estas encontram-se dispostas por ordem alfabética, estando as unidades de instalação ordenadas cronologicamente dentro de cada série.

### **4.1. Condições de acesso:**

Por princípio, o acesso a esta documentação é livre, não estando o seu acesso sujeito a quaisquer restrições legais.

### **4.2. Condições de reprodução:**

A reprodução obedece ao regulamento do AUC, *i.e.*, neste acervo em concreto, apenas serão vedadas à reprodução as espécies que se encontrem em risco de perda ou dano para a sua integridade.

---

<sup>25</sup> Anotações redigidas no livro de registo de foros, n.º 7. Cota - III-1ºD-10-1-13.

### **4.3. Idioma / Escrita:**

Português

### **4.4. Características físicas:**

O estado de conservação das espécies documentais é bastante razoável, apesar de alguns documentos apresentarem rasgões, capas danificadas, livro fragmentado, entre outros danos decorrentes do uso e do mau acondicionamento.

### **4.5. Instrumentos de descrição:**

Inventário e recenseamento em suporte de papel e descrição arquivística na plataforma DigitArq.

### **5.1. Existência e localização de originais:**

Ao que sabemos, existe documentação pertencente a este convento no ANTT, com descrição acessível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1382463> e haverá, certamente, no Carmelo de Santa Teresa, em Coimbra.

Contudo, desconhecemos se se trata dos originais de algum dos trasladados aqui existentes<sup>26</sup>.

### **5.2. Existência e localização de cópias:**

Desconhecemos a existência de cópias desta documentação.

### **5.3. Unidades de descrição completivas/relacionadas:**

No AUC, mais concretamente no fundo da Repartição da Fazenda, existe uma caixa de documentos avulsos (Cota: III-1ªD-16-2-2), relativos à inventariação de património móvel e imóvel entregues às autoridades competentes e documentos relativos à gestão dos bens do extinto convento de Santa Teresa de Coimbra, com datas extremas de 1862 a 1928, contendo as seguintes séries documentais: autos de avaliação, correspondência, guias de pagamento de foros e inventários. Código: PT/AUC/ACD/RFCBR/B-ECSTJCBR (Ssec).

No Arquivo Nacional Torre do Tombo existe, ainda, documentação relativa a este convento nos seguintes acervos:

---

<sup>26</sup> Por altura da extinção do convento alguns documentos que não eram relevantes para a Repartição da Fazenda foram inscritos num documento designado "Inventário de livros e manuscritos encontrados no extinto convento de Santa Teresa de Coimbra", entregues ao Inspetor-geral das Bibliotecas e Arquivos Públicos, Lino da Assunção, a 18 de janeiro de 1894.

Trata-se de uma relação com 183 entradas, algumas com dezenas de volumes, que incluía, a título de exemplo, sob o "n.º 182 – Um volume manuscrito com a fundação do mosteiro de Santa Teresa" e com o "n.º 183 – Um maço com 10 documentos relativos à instituição do mesmo convento" (Cota: III-1ªD-16-2-2). Contudo, desconhecemos o paradeiro dessa documentação.

Convento de Santa Teresa do Menino Jesus de Coimbra - PT/TT/CSTJCM (f). Acessível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1382463>;

Ministério das Finanças (f), Extinção do convento de Santa Teresa do Menino Jesus de Coimbra (dc). Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4224377>

### **7.2. Regras ou convenções:**

Conselho Internacional de Arquivos - Comissão Ad Hoc para as Normas de Descrição. Direção Geral de Arquivos - Codificação do nome dos municípios e das freguesias. 3ª V. Lisboa: IAN/TT, 2006.

DIRECÇÃO GERAL DE ARQUIVOS. PROGRAMA DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO; GRUPO DE TRABALHO DE NORMALIZAÇÃO DA DESCRIÇÃO EM ARQUIVO – *Orientações para a descrição arquivística*. 2.ª v. Lisboa: DGARQ, 2007. 325 p.

ISBN 978-972-8107-91-8

### **7.3. Data da descrição:**

2012

## **2- Inventário**

### **Descrição das séries**

Título: Aforamentos

Código de referência: PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001

Datas: 1744 - 1879

Dimensão e suporte: 37 capilhas com documentos; em papel

---

Título: Cartas de arrematação de bens e autos de posse

Código de referência: PT/AUC/MC/CSTMJCBR/002

Datas: 1744 - 1876

Dimensão e suporte: 3 capilhas com documentos; em papel

---

Título: Escrituras de compra e venda

Código de referência: PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003

Datas: 1749 - 1879

Dimensão e suporte: 9 capilhas com documentos; em papel

---

Título: Inventários orfanológicos  
 Código de referência: PT/AUC/MC/CSTMJCBR/004  
 Datas: 1859  
 Dimensão e suporte: Uma capilha com documentos; em papel

Título: Registo de cobrança de foros  
 Código de referência: PT/AUC/MC/CSTMJCBR/005  
 Datas: 1753 - 1860  
 Dimensão e suporte: Um livro; em papel

Título: Sentenças cíveis de adjudicação, assignação e libelo  
 Código de referência: PT/AUC/MC/CSTMJCBR/006  
 Datas: 1777 - 1856  
 Dimensão e suporte: 6 capilhas com documentos; em papel

### 3 - Recenseamento das Unidades de Instalação

Referência	Título	Início	Fim	Cota
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001	<b>Aforamentos</b>	<b>1744</b>	<b>1876</b>	
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/001	Escritura de aforamento	1744.11.11		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/002	Escritura de aforamento	1744.11.15		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/003	Escritura de aforamento	1750.04.04		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/004	Escritura de aforamento	1761.01.12		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/005	Escritura de aforamento (certidão)	1761.01.12		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/006	Escritura de aforamento	1752.10.13		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/007	Escritura de aforamento	1764.04.09		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/008	Escritura de aforamento	1751.09.18		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/009	Escritura de aforamento	1769.04.09		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/010	Escritura de aforamento	1773.08.08		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/011	Escritura de aforamento	1761.11.19		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/012	Escritura de aforamento	1778.05.08		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/013	Escritura de aforamento	1769.05.20		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/014	Escritura de aforamento	1782.02.16		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/015	Escritura de aforamento	1765.08.28	1765.08.29	III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/016	Escritura de aforamento	1770.12.23		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/017	Escritura de aforamento (certidão)	1770.12.23		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/018	Escritura de aforamento	1773.07.28		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/019	Escritura de aforamento	1776.10.27		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/020	Escritura de aforamento	1805.06.21		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/021	Escritura de renovação e reconhecimento de aforamento	1825.05.03		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/022	Escritura de aforamento	1822.01.14		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/023	Escritura de aforamento	1813.12.17		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/024	Escritura de aforamento	1845[?].01.12		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/025	Escritura de aforamento	1854.04.02		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/026	Escritura de aforamento	1824.11.30		III-1ºD-10-1-11

PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/027	Escritura de reconhecimento de aforamento	1843.03.20		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/028	Escritura de aforamento	1854.02.15		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/029	Escritura de reconhecimento de aforamento	1857.02.13		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/030	Escritura de aforamento	1855.06.16		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/031	Declaração de posse de foro (carta)	1848.09.27		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/032	Escritura de reconhecimento de aforamento	1857.11.17		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/033	Declaração de posse de propriedades	1868.11.20		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/034	Escritura de reconhecimento do domínio direto de prazo	1869.06.30		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/035	Certidão de parte de escritura de aforamento	1869.12.06		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/036	Escritura de encabeçamento de prazo	1874.11.29		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/001/037	Escritura de aforamento	1876.03.24		III-1ºD-10-1-11
<b>PT/AUC/MC/CSTMJCBR/002</b>	<b>Cartas de arrematação de bens e autos de posse</b>	<b>1746</b>	<b>1778</b>	
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/002/001	Carta de arrematação de bens e auto de posse	1746.06.28	1746.10.28	III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/002/002	Carta de arrematação de cível	1774.06.25		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/002/003	Carta de arrematação cível (título do prazo da Figueira do Lorvão)	1778.10.18		III-1ºD-10-1-11
<b>PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003</b>	<b>Escrituras de compra e venda</b>	<b>1749</b>	<b>1879</b>	
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003/001	Escritura de compra e venda	1749.12.07		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003/002	Escritura de venda	1757.04.24		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003/003	Escritura de venda	1757.04.24		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003/004	Escritura de venda	1757.04.26		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003/005	Escritura de compra e venda	1863.03.15		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003/006	Escritura de compra	1854.12.19		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003/007	Escritura de ratificação de venda (contém o ofício de remessa)	1866.04.19		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003/008	Escritura de compra e venda	1879.06.16		III-1ºD-10-1-11
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/003/009	Escritura de compra e venda	1879.06.16		III-1ºD-10-1-11
<b>PT/AUC/MC/CSTMJCBR/004</b>	<b>Inventários orfanológicos</b>	<b>1859</b>		
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/004/001	Inventário orfanológico (certidão de parte)	1859.01.14		III-1ºD-10-1-12
<b>PT/AUC/MC/CSTMJCBR/005</b>	<b>Registo de cobrança de foros</b>	<b>1753</b>	<b>1860</b>	
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/005/001	Livro de registo de cobrança de foros – nº 7	1753	1860	III-1ºD-10-1-13
<b>PT/AUC/MC/CSTMJCBR/006</b>	<b>Sentenças cíveis de adjudicação, designação e libelo</b>	<b>1777</b>	<b>1856</b>	
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/006/001	Sentença cível de adjudicação	1777.11.03	1777.11.04	III-1ºD-10-1-12
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/006/002	Sentença cível de adjudicação	1777.11.03	1777.11.06	III-1ºD-10-1-12
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/006/003	Sentença cível de adjudicação	1771.12.22	1782	III-1ºD-10-1-12
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/006/004	Sentença cível de designação. (contém, ainda o auto de penhora e o edital de venda)	1823.06.11 1825.04.27 1825.05.18		III-1ºD-10-1-12
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/006/005	Sentença cível de libelo	1837.11.09	1837.11.13	III-1ºD-10-1-12
PT/AUC/MC/CSTMJCBR/006/006	Sentença cível de libelo	1856.07.08	1856.07.16	III-1ºD-10-1-12

## 4 - Fontes/Bibliografia

- ANTT – Ministério das finanças (f), Extinção do Convento de Santa Teresa do Menino Jesus de Coimbra (dc) [em linha]. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=4224377>.
- ANTT – Convento de Santa Teresa de Jesus de Coimbra (f) [em linha]. Disponível em: <http://digitarq.dgarq.gov.pt/details?id=1382463>. Acedido em 29.12.1012.
- AZEVEDO, Carlos A. Moreira (2000) – Dicionário de história religiosa de Portugal. Mem Martins: Círculo de Leitores.
- Cardoso, A. Brito (1984) – “Só Deus Basta!”. In: Separata do semanário: *O Correio de Coimbra*. Coimbra. Nºs 3091 e 3093.
- Cónego João Lavrador, capelão do Carmelo de Santa Teresa, em entrevista à EcclesiaTv (2007), [em linha]. Disponível em: <http://www.agencia.ecclesia.pt/cgi-bin/noticia.pl?id=46939>. Consultado em 2/1/2013.
- DIAS, Pedro (1983) – *Coimbra, Arte e História*. Porto: Paisagem Editora.
- FRANCO, José Eduardo (2010) – Dicionário Histórico das Ordens institutos religiosos e outras formas de vida consagrada católica em Portugal. Lisboa: Gradiva. ISBN: 978-989-616-378-5.
- MANSO, Estanislau (1746) – *Sermão na transladação das Religiosas Descalças da Santa Madre Thereza de Jesu, no dia de S. João Batista para o seu novo Convento de Coimbra*. Coimbra: Real Colégio das Artes da Companhia de Jesus. 24 p.
- Página das Carmelitas [em linha]. Disponível em: <http://coimbra.carmelitas.pt/historia/fundacao.php>. Consultado em 20/12/2012.
- Página do Exército. [em linha]. Disponível em: <http://www.exercito.pt/sites/HMR2/Historial/Paginas/default.aspx>. Consultado em 20/12/2012.
- Página da Ordem do Carmo [em linha]. Disponível em: <http://www.ordem-do-carmo.pt/index.php/os-carmelitas/o-carmelo.html>. Consultado em 20-12-2012.
- PAIVA, José Pedro (2008) – "Reforma religiosa, conflito, mudança política e cisão: o governo da diocese de Olinda (Pernambuco) por D. Frei Luís de Santa Teresa (1738-1754)" *Revista de História da Sociedade e da Cultura*, 8 , p. 161-210.